



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	19515.000762/2006-38
<b>Recurso nº</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>3102-001.761 – 1<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	26 de fevereiro de 2013
<b>Matéria</b>	Recolhimento a menor da contribuições
<b>Embargante</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	SAP BRASIL LTDA

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE**

Período de apuração: 01/01/2001 a 31/01/2001, 01/03/2001 a 31/12/2005

Embargos de Declaração. Depósito do Montante Integral afasta os juros. O contribuinte inadimplente tem que arcar com a mora, contudo realizado o depósito do montante integral, em juízo, nas datas dos vencimentos da exação, não são devidos os juros de mora. Quando o depósito é realizado após a data do vencimento, são devidos os juros somente do vencimento do débito até a realização dos depósitos.

Embargos Acolhidos em Parte

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

(assinado digitalmente)

Luis Marcelo Guerra de Castro - Presidente.

(assinado digitalmente)

Álvaro Arthur L. de Almeida Filho – Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Luis Marcelo Guerra de Castro, Nanci Gama, Ricardo Paulo Rosa, Álvaro Almeida Filho, Jacques Maurício Veloso e Winderley Morais Pereira.

## Relatório

Trata-se de embargos de declaração apresentado pela Procuradoria da Fazenda Nacional contra o acórdão 3102-001.583 de 21 de agosto de 2012, o qual deu parcial provimento ao recurso voluntário, nos termos da ementa abaixo:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMINIC) ECONÔMICO - CIDE**

*Período de apuração: 01/01/2001 a 31/01/2001, 01/03/2001 a 31/12/2005*

*CONCOMITÂNCIA. Não se conhece das alegações que versam sobre inexigibilidade do crédito tributário, ao serem discutidas em Mandado de Segurança. Assim as matérias atinentes à inexigibilidade da CIDE, não são conhecidas tendo em vista que a matéria levada h. cabو ao Poder Judiciário implica em sua não apreciação na seara administrativa.*

*AUTO DE INFRAÇÃO. O auto de infração é instrumento hábil para a constituição de crédito tributário com o fim de prevenir a decadência.*

*INCONSTITUCIONALIDADE. Não compete ao juízo administrativo apreciar arguições de constitucionalidade por vedação expressa. Art. 26-A lei nº. 11.941/2009.*

*JUROS DE MORA. Depósito do montante integral aferido pela própria fiscalização. Exigibilidade do crédito suspensa. Art. 151, 11 do CTN. Afastase a exigência dos juros de mora quando a exigibilidade do crédito estiver suspensa. Súmula CARF nº. 05.*

Segundo a procuradoria da Fazenda Nacional este colegiado deu parcial provimento a recurso para afastar a cobrança de juros de mora, observando que houve depósito judicial no montante integral, entretanto não foi analisado o fato dos depósitos terem ocorrido intempestivamente.

Assim, requer o provimento dos embargos para sanar a omissão apontada e analisar o fato dos depósitos terem sido realizados após o vencimento do tributo.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Álvaro Almeida Filho

Conheço do presente recurso por ser tempestivo e tratar de matéria de competência da terceira sessão.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 25/07/2013 por ALVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO, Assinado digitalmen

te em 25/07/2013 por ALVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO, Assinado digitalmente em 06/08/2013 por L

UIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

Impresso em 13/08/2013 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Ao apreciar a cobrança dos juros de mora no caso em liça, o acórdão embargado observou o posicionamento da delegacia regional de julgamento a qual descreve em seu voto que ***"os débitos estão acobertados pelos depósitos efetuados pela empresa"***.

Ora, a partir de tal posicionamento foi analisada, com base no art. 151 do CTN, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, já que os valores depositados correspondem ao montante integral, e assim foi dado parcial provimento ao recurso, observou-se ainda o que prescreve a súmula CARF nº 5:

*Súmula CARF nº 5: São devidos juros de mora sobre o crédito tributário não integralmente pago no vencimento, ainda que suspensa sua exigibilidade, salvo quando existir depósito no montante integral.*

De fato não foram analisadas as datas que ocorrem os depósitos, restringindo-se apenas a questão dos mesmos terem sido no montante integral, como descrito no acórdão da DRJ, o que levou a omissão no acórdão embargado.

Como bem apontado pela embargante existem depósitos que foram realizados após a data do vencimento da exação, entretanto observar-se nos autos (fls.85/95) que quando os depósitos foram realizados após o prazo do vencimento, a própria Embargada realizou o recolhimento da CIDE acrescido da quantia correspondente aos juros de mora.

Não há dúvidas que os juros de mora são devidos quando o depósito não seja realizado na data do vencimento, entretanto nos caso dos autos, observar-se nos "DARF's DEPÓSITO", que o juros também foram calculados e depositados.

Assim, como os juros de mora, nas hipóteses de depósito judiciais, somente são exigíveis entre o vencimento do débito e a realização dos depósitos, pois após os depósitos incidem remuneração própria, dar-se parcial provimento aos Embargos de Declaração, para suprir a omissão apontada, porém mantendo incólume o resultado do acórdão recorrido, ao observar que os juros foram depositados.

Sala de sessões 26 de fevereiro de 2013.

(assinado digitalmente)

Álvaro Arthur L. de Almeida Filho - Relator

CÓPIA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 25/07/2013 por ALVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO, Assinado digitalmente em 25/07/2013 por ALVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO, Assinado digitalmente em 06/08/2013 por LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

Impresso em 13/08/2013 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA